

Seminário de Controle e Gestão

Previdência Complementar no Setor Público Brasileiro – Desafios e Oportunidades

Com o objetivo de criar um ambiente de diálogo entre os agentes gestores e de controle sobre a previdência complementar no setor público, a CGU realizou no dia 23/3 o 1º Seminário de Controle e Gestão - Previdência Complementar no Setor Público Brasileiro – Desafios e Oportunidades.

O evento contou com alguns dos principais atores do Regime de Previdência Complementar Fechado: Carlos de Paula, Secretário de Políticas de Previdência Complementar (SPPC/MTPS); José Roberto Ferreira, Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); Murilo Francisco Barella, Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST/MPOG); Luis Ricardo Marcondes Martins, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP); Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (ANAPAR).

O Seminário teve início com a abertura oficial do Secretário-Executivo, Carlos Higino de Alencar, que destacou a importância de eventos como este que possibilitam a integração da CGU com os agentes responsáveis pelas políticas, além de permitir também aprimorar o trabalho de auditoria da CGU. O Secretário Federal de Controle Interno, Francisco Eduardo de Holanda Bessa, revelou que a estratégia da CGU é estreitar os laços do “Controle” com a “Gestão” e o seminário vem colaborar para isto. Após um breve apanhado sobre o setor [307 fundos 1.104 planos previdenciários, 3.171 patrocinadores (2.674 privados e 497 públicos) e 502 instituidores, proporcionando proteção para 7.126.243 de pessoas, dentre participantes ativos (2.524.036), aposentados (558.299), pensionistas (171.740) e designados (3.872.168). Os ativos totais do sistema são de R\$ 720,29 bilhões de reais], o Secretário anunciou as questões centrais a serem perseguidas no evento:

- Qual situação atual da Previdência Complementar do Setor Público?
- Quais são os Desafios enfrentados e as oportunidades existentes?
- Qual o papel dos diversos atores no aprimoramento da ação do Estado sobre o setor?

Os representantes do setor

O primeiro convidado a falar foi o Secretário de Políticas de Previdência Complementar (SPPC/MTPS), Carlos de Paula. Ele inicialmente ressaltou o papel de parceria da CGU na proposição de melhoria dos processos das unidades da Previdência Social auditadas como resultado da sua atuação ao longo dos anos. De Paula afirmou também que o longo processo de criação e desenvolvimento do Sistema de Previdência Complementar no Brasil pode ser dividido em três décadas distintas: anos 90 quando o assunto ganhou relevância; anos 2000, data em que foram aprovadas as importantes leis complementares 108 e 109; anos 2010 consolidação da Previc. Destacou que atualmente o Brasil é referência em termos de Sistema de Previdência Complementar, ao ponto de, diferentemente de vizinhos na América do Sul, não adotou a modelagem proposta pelo Banco Mundial de privatização dos fundos de pensão. Atualmente, alguns destes países estão revisando suas decisões. Ele ressaltou também que a

SPPC mantém projetos em conjunto com a Previc, como a revisão da Resolução do antigo CGPC nº 13/2004, que estabeleceu princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelos fundos de pensão.

O segundo expositor foi o Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), José Roberto Ferreira, que inicialmente mostrou outros números a respeito do setor (5 dos 10 maiores fundos são do setor público; 90% do déficit está vinculado ao setor público). Ponderou que apesar do momento difícil, que requer muita atenção dos envolvidos, não há motivos para acender a luz amarela, muito menos a vermelha, mas sim entender a situação de cada entidade de per si. Sem dúvida, ainda há espaço para aperfeiçoar a governança dos Fundos, para tanto a autarquia está preparando uma nova norma que abordará a certificação, habilitação e qualificação de dirigentes das Entidades, cuja minuta de Instrução esteve em consulta pública recentemente. José Roberto Ferreira acredita que cada ator do Sistema de Previdência Complementar precisa verticalizar sua atuação sem perder de vistas as oportunidades integrações laterais, nesse sentido, registrou que a Previc tem atuação limitada aos fundos e não alcança os patrocinadores. Dentre os avanços mais recentes, destacou o investimento na supervisão baseada em risco, uma das três grandes dimensões do planejamento estratégico da Autarquia. Os outros dois pilares de atuação da autarquia consistem no fomento ao sistema, por meio de educação previdenciária abrangente, e na desoneração às Entidades, a ser alcançado pelo licenciamento automático de planos de benefícios e suas respectivas alterações.

Murilo Francisco Barella foi o terceiro convidado a falar. O Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST/MPOG) também apresentou os números do setor, notadamente, os relacionados ao setor público federal (33 fundos, 59 empresas, mais de 80 planos, 960 mil pessoas envolvidas, 29% com Contribuição Variável, 15% Contribuição Definida e 49% em Benefício Definido). Barrella acredita que, no futuro, a Previc se tornará um “banco central” do setor e o DEST tem papel subsidiário, pois só atua nas patrocinadoras e apenas sob provocação. Informou que se encontra para aprovação final proposta de resolução do CGPAR que estabelecerá um novo padrão de compromissos das estatais na supervisão dos seus respectivos fundos, a constarem nos Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna – PAINT de suas unidades de auditoria interna, como por exemplo: avaliação dos investimentos, do processo de concessão, consistência do cadastro, aspectos de gestão administrativa e financeira e de custeio das atividades das entidades, dentre outros. Relatou também que o Sistema de Previdência Complementar é uma decisão que dura 100 anos, isto exige uma leitura prospectiva de diversos aspectos e não apenas de caráter financeiro ou atuarial. É preciso levar em conta aspectos sociais e trabalhistas. Ao final registrou que espera que o Conselho Nacional de Previdência Complementar possa discutir os cenários e alternativas para o setor, numa atuação mais estratégica, ao invés de dedicar tanto tempo à aprovação de normas.

A Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (ANAPAR), Cláudia Muinhos Ricaldoni, falou em nome dos participantes e defendeu uma mudança de foco do Sistema, hoje excessivamente voltado para o investimento. É necessário, segundo Ricaldoni, valorizar também outras dois objetivos do Sistema: a relação de custo benefício para família do trabalhador; e a maior eficiência na gestão da patrocinadora. Ela reconhece que o sistema

está em construção, porém entende que alguns aspectos podem ser aprimorados, relacionados à gestão e governança e à responsabilização de dirigentes das entidades. Acredita que a Lei Complementar 108 é omissa ao não estabelecer regras para a designação da diretoria-executiva dos fundos, que efetivamente é quem gere os recursos. Acha que é uma panaceia ocupar 50% dos conselhos, pois tal medida não resolverá se não vier acompanhada de avanços nos procedimentos internos de gestão dos fundos. Ressaltou, entretanto, que a gestão deve ser compartilhada entre patrocinadores/instituidores e participantes. Nestes momentos de crise é hora de avançar sobre os problemas reais. Fundos e planos que hoje estão com déficits, há 10 anos estavam dando aumentos reais aos seus beneficiários. Por último, afirmou que a atuação do CNPC também deve se pautar por questões de cunho estratégico para o sistema.

Por último falou Luis Ricardo Marcondes Martins, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP). Ele também registrou a evolução do Sistema, desde a Lei 6435/1964, passando pela década de 1980, onde o setor de RH das patrocinadoras era quem definia as questões relacionadas com o Fundos, década de 1990 e 2000, notória também em avanços e 2010, a criação da Previc e Funpresp. Ressaltou também a elevada solvência do sistema, na faixa de 90%, e elogiou a atuação do Previc como entidade de supervisão do sistema, em especial a instituição da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, com o intuito de dirimir litígios e de promover a medição e a conciliação entre fundos de pensão e entre estes e seus participantes, assistidos, patrocinadores ou instituidores. Por fim, frisou que o momento exige inovar e progredir, sem desprezar o cuidado de manter o que já se conquistou.

Debate

Na fase de debates, a plateia apresentou os seguintes questionamentos:

- O que realmente se espera das auditorias internas? A pergunta foi: O fato de as patrocinadoras possuírem unidade específica para avaliação da governança do fundo de pensão (ex:BB) não geraria um conflito ao se incluir a obrigatoriedade de avaliação pela Auditoria Interna ?

Resposta: O nível de organização do BB é uma exceção, a resolução do CGPAR reforça a obrigação, prevista em lei, de supervisão do fundo de pensão pela patrocinadora, dessa forma, a Estatal deve incluir no PAINT e avaliar nas EFPC: política de gestão de investimentos, benefícios, hipóteses atuariais, gestão administrativa e financeira, governança e controles internos, bem como recolhimento de contribuições. Identificados problemas, deve exigir um Plano de Ação monitorado pelo Conselho da empresa/companhia. Ademais, deve repassar um informe ao Conselho, possivelmente semestral. O Secretário Federal de Controle Interno, Francisco Bessa, ponderou que no caso de patrocinadoras que possuem uma estrutura específica de avaliação da governança dos fundos de pensão a atuação da auditoria interna será analisada.

- Quem e como auditará o Funpresp no âmbito da CGU?

O Secretário Federal de Controle Interno, Francisco Bessa, afirmou que a questão ainda será decidida, mas que provavelmente a escolha recairá sobre a Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Planejamento, Orçamento e Gestão – CGPOG.

- Haverá capacitação dos auditores internos?

O Secretário afirmou ser fundamental a capacitação dos auditores internos para que esses possam atuar adequadamente sobre o tema, assumindo o compromisso de que será avaliada e construída pela CGU (CGPREV e DP) em contato com os outros atores (SPPC e PREVIC) uma estratégia de capacitação para as auditorias internas.

- Quais os aprimoramentos que serão implementados na nova “Resolução 13” sobre governança dos fundos?

Essa questão está sendo avaliada e construída pela SPPC e pela PREVIC.

Encerramento

No encerramento, o Secretário Federal de Controle Interno, Francisco Eduardo de Holanda Bessa, solicitou que cada participante revelasse qual a expectativa em relação ao trabalho da CGU.

Substituindo o Murilo Barela, Alano Roberto Guedes disse que o evento foi muito importante para fomentar o debate no setor e espera poder ampliar a parceria com a CGU. Luis Ricardo Marcondes Martins (ABRAPP) enfatizou que a prioridade da associação é conseguir a desoneração tributária do setor. Hoje, aplicações tipo VGBL tem alíquotas reduzidas e os fundos não. É preciso repensar a pertinência de se manter Cofins/PIS. Cláudia Muinhos Ricaldoni (ANAPAR) entende que é preciso projetar um sistema mais moderno. A participação da CGU é bem vinda, pois sempre se erra menos em uma construção coletiva. Para Carlos de Paula (SPPC/MTPS), classificou o Sistema de Previdência Complementar como complexo e ainda pouco compreendido. Acredita que o Brasil vai e precisa continuar crescendo e para tanto é importante contar com a colaboração de todos, de modo que as instituições estejam focadas e em sinergia. José Roberto Ferreira (Previc) encerrou dizendo que vê muita convergência na atuação dos diversos atores. É fundamental que estejamos preparados para o que está por vir e a CGU será importante neste trabalho de construção de um sistema ainda mais convergente.